ATO CONJUNTO Nº 2, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2016 (*)

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos do art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, c/c com o art. 99, § 6º, da Lei n.º 13.242, de 30 de dezembro de 2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016), resolve:

Art. 1º. Dar publicidade aos saldos das autorizações para provimento de pessoal, constantes do Anexo V da Lei Orçamentária de 2015, passível de ser utilizado em 2016, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	SALDO
CARGOS E FUNÇÕES VAGOS	1.541

Art. 3º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN

(*) Republicação do Ato Conjunto TST.CSJT.GP Nº 2, publicado no DOU de 11-2-2016, Seção 1, pág. 28, para inclusão de dados.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 171, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016

Torna público o Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Militar da União, nos termos do artigo 8ª da Lei Complementar nº 101/2000 e do artigo 54 da Lei nº 13.242/2015.

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º inciso XXV, do Regimento Interno, e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 54 da Lei nº 13.242 de 30 de dezembro de 2015 Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 bem como os termos da Lei nº 13.255 de 14 de janeiro de 2016 Lei Orçamentária Anual para 2016, resolve:

Art. 1º Determinar a publicação do Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Militar da União para o exercício financeiro de 2016 nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme anexo.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar WILLIAM DE OLIVEIRA BARROS

ANEXO

Poder Judiciário
Superior Tribunal Militar
Secretaria de Planejamento
Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Militar da União
Exercício Financeiro de 2016

Artigo 54 da Lei nº 13.242/2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016.

Até o Mês	Pessoal (A)	Outras Despesas Correntes e de Capital	Total
JANEIRO	29.632.458,67	6.762.898,75	36.395.357,42
FEVEREIRO	59.264.917,33	13.525.797,50	72.790.714,83
MARÇO	88.897.376,00	20.288.696,25	109.186.072,25
ABRIL	118.529.834,67	27.051.595,00	145.581.429,67
MAIO	148.162.293,33	33.814.493,75	181.976.787,08
JUNHO	177.794.752,00	40.577.392,50	218.372.144,50
JULHO	207.427.210,67	47.340.291,25	254.767.501,92
AGOSTO	237.059.669,33	54.103.190,00	291.162.859,33
SETEMBRO	266.692.128,00	60.866.088,75	327.558.216,75
OUTUBRO	296.324.586,67	67.628.987,50	363.953.574,17
NOVEMBRO	325.957.045,33	74.391.886,25	400.348.931,58
DEZEMBRO	355.589.504,00	81.154.785,00	436.744.289,00
TOTAL	355.589.504,00	81.154.785,00	436.744.289,00

Notas:

1. Valores passíveis de alteração tendo em vista aprovações de Créditos Suplementares;
2. Os valores da coluna (A) representam os dispêndios brutos com pessoal e encargos sociais mensais.

AFONSO IVAN MACHADO
Secretário de Planejamento

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

PORTARIA Nº 28, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o disposto no Art. 99, § 6º da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016, bem como a publicação da Lei nº 13.255, em 15 de janeiro de 2016, resolve:

Art 1º. Publicar o quadro demonstrativo dos cargos vagos deste Tribunal, constante do Anexo a esta Portaria, com base na situação vigente em 31 de dezembro de 2015.

Art 2º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I	
Cargos Efetivos	Vagos
Analista Judiciário - Área Judiciária	4
Analista Judiciário - Área Administrativa	-
Analista Judiciário - Área de Apoio Especializado	1
Analista Judiciário - Área de Serviços Gerais	-
Técnico Judiciário - Área Administrativa	1
Técnico Judiciário - Área de Apoio Especializado	-
Técnico Judiciário - Área de Serviços Gerais	-
Auxiliar Judiciário - Área de Serviços Gerais	-
Total Cargos Efetivos Vagos	6
Funções Comissionadas	Vagas
FC-6	-
FC-5	-
FC-4	-
FC-3	-
FC-2	-
FC-1	1
Total Funções Comissionadas Vagas	1
Cargos Comissionados	Vagos
CJ-4	-
CJ-3	-
CJ-2	-
CJ-1	-
Total Cargos Comissionados Vagos	0
Total de Cargos Vagos no TRE-AP em 31/12/2015	7

Des. CARLOS TORK

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

PORTARIA N° 16, DE 29 DE JANEIRO DE 2016

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o disposto no art. 99, § 6º, da Lei nº 13.242, de 30.12.2015, bem como a publicação da Lei nº 13.225 - Lei Orçamentária anual - LOA, de 14.01.2016, no Diário Oficial da União em 15.01.2016, resolve:

Publicar o quadro demonstrativo dos cargos efetivos, comissionados e funções de confiança vagos, no âmbito deste Tribunal, conforme anexo, com base na situação vigente em 31.12.2015.

Cargos efetivos/Funções Comissionadas - Vagos
Técnico Judiciário - 20
Analista Judiciário - 6
FC 6- 77
FC 1 - 3

Des. JOÃO ALVES DA SILVA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 39, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2016

Publicação do saldo das autorizações para provimento de cargos e funções do exercício de 2016.

A DESEMBARGADORA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, XIX, do Regimento Interno desta Casa, resolve:

Art. 1º Tornar público o demonstrativo de saldo das autorizações para provimentos de cargos e funções do exercício de 2016, em cumprimento ao disposto no art. 99, § 6º, da Lei n.º 13.242, de 30/12/2015 (LDO):

Órgão: 14.120 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte.

Cargo efetivo	Cargo em comissão	Função comissionada	Saldo total
1	-	1	2

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MARIA ZENEIDE BEZERRA